



## COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER

### REQUERIMENTO Nº \_\_\_\_\_, DE 2019 (Da Sra. Erika Kokay)

Requer a realização de audiência pública para discutir os avanços e desafios da lei e das políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres no Brasil e nos Países Africanos de Língua Portuguesa.

Senhora Presidente,

Requeiro, nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, arts. 255 e 256, a realização de Audiência Pública para discutir os avanços e desafios da lei e das políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher no Brasil e nos Países Africanos de Língua Portuguesa, como parte do calendário dos “16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres”. Solicitamos sejam convidados/as:

- I- Representante do Banco Mundial;
- II- Aline Yamamoto - Gerente de projetos da ONU Mulheres Brasil;
- III- Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres;
- IV- Representante do Grupo Mulheres do Brasil;
- V- Fabiola Sucasas, Promotora da Promotoria de Enfrentamento à Violência Doméstica do Ministério Público de São Paulo;
- VI- Representante do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA).

### JUSTIFICAÇÃO

Dada a sua importância e alcance, a campanha “16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres” tornou-se uma mobilização global encampada pela Sociedade Civil. No Brasil, a campanha se inicia no dia 20 de novembro, Dia Nacional da Consciência Negra, como meio de reforçar a urgência do enfrentamento à discriminação, considerando a dupla vulnerabilidade da mulher negra. No restante do mundo, a iniciativa tem início em 25 de novembro, Dia Internacional da Não Violência Contra a Mulher, e vai até 10 de dezembro, data da proclamação da Declaração dos Direitos Humanos. Além disso, a campanha visa mobilizar e conscientizar a população para denunciar todas as formas de violência praticada contra meninas e mulheres no Brasil e no mundo.

Igualdade de gênero é uma prioridade transversal para os países africanos. Houve progresso no empoderamento das mulheres, mas elas ainda enfrentam



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**GABINETE DA DEPUTADA ERIKA KOKAY – PT/DF**

dificuldades econômicas e violência significativas. As vulnerabilidades das mulheres são agravadas em todos os níveis pela violência de gênero, incluindo violência doméstica e assédio sexual, casamento infantil e gravidez precoce. As mulheres são ainda prejudicadas pelo acesso desigual a oportunidades de trabalho, propriedade e controle sobre ativos e no acesso ao crédito.

Além disso, a discriminação de gênero com base na lei limita o empoderamento econômico das mulheres. A legislação adotada pelos países tem avançado; no entanto, ainda existem lacunas no quadro legislativo e na implementação de leis em prol do avanço da igualdade de gênero e inclusão social e econômica das mulheres. Melhores leis, políticas e iniciativas são necessárias para remover os obstáculos ao empoderamento feminino em áreas como acesso à propriedade e à terra, igualdade de remuneração, acesso a financiamento e empregos e proteção contra a violência. Essa situação persiste também nos países lusófonos da África Subsaariana, nomeadamente Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

Face ao exposto, julgamos fundamental discutir os avanços e desafios da lei e das políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres no Brasil e nos Países Africanos de Língua Portuguesa.

Sala da Comissão, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

Deputada **ERIKA KOKAY – PT/DF**